O BÓIA-FRIA COMO EXPRESSÃO DA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA, NO SÉCULO XXI

THE "BÓIA-FRIA" AS AN EXPRESSION OF THE LABOR'S SOCIETY CRISIS ON THE PAULISTA SUGARCANE AGRO-INDUSTRY, ON THE TWENTY FIRST CENTURY

Fábio Teixeira Pitta[1]

Resumo

Este artigo pretendeu analisar a expansão da agroindústria canavieira paulista, no século XXI, relacionando-a ao processo de modernização promovido pelo Estado brasileiro. A necessidade reiterada de intervenção estatal via créditos subsidiados junto à produção do setor indica uma crise da acumulação capitalista na sua forma atual. Assim, se formulou que a impossibilidade de rolagem das dívidas e falências do setor, após a crise de 2008, expressa o momento fictício de reprodução do capital na incapacidade (sem a intervenção do Estado) de reprodução do setor, tanto pela exploração do trabalho como pela incorporação da renda da terra ao capital. O "bóia-fria" pôde ser entendido como expressão desta crise , sendo o desenvolvimento econômico dos capitais no setor o fundamento da conformação desta forma de trabalho.

Palavras-chave: Proálcool, Reprodução Crítica, Trabalho Volante, Agroindústria Sucroalcooleira, Modernização Retardatária.

Abstract

This paper intended to analyze the paulista sugarcane agro-industry expansion, on the twenty first century, by relating it to the modernization process promoted by Brazilian State. The necessity of State intervention with subsided credits to this economic sector shows a capitalistic accumulation crisis on the form it assumes nowadays. Therefore, we formulates that the impossibility of rolling debts and the failures, after 2008 crisis, express the fictitious moment of capital reproduction on the incapacity of the sector reproduction (without State economical intervention),

1 Doutorando em Geografia Humana FFLCH – USP.

neither by labor exploitation, nor by land rent. The “bóia-fria” was interpreted as an expression of that crisis, being the economical development of the sector the foundation of this labor form.

Key-words: Proálcool; critical reproduction; precarious work; sugarcane agro-industry; retardatory modernization.

1 - Introdução

Em julho de 2009, ao realizarmos um trabalho de campo na área de Olímpia[2], em São Paulo, encontramos uma situação bastante particular, determinada pela crise do sistema financeiro que se iniciou no ramo imobiliário estadunidense em setembro de 2008, mas que se fez sentir em diversos ramos produtivos, em diversos países, incluindo aí a agroindústria canavieira paulista. Aparecendo como “crise de liquidez” às personificações sociais envolvidas – usineiros, proprietários de terras, arrendatários, técnicos agrícolas – ficou patente para nós as determinações que o *capital fictício* (MARX, 1983, III, t. I, cap. XXV), enquanto possibilidade de contratação de novas dívidas para pagamento de dívidas antigas, impõe ao entrelaçamento da cadeia produtiva do ramo em questão.

Em nossa pesquisa de mestrado (PITTA, 2011), investigamos as dívidas referentes ao Proálcool[3], assim como o impacto dos financiamentos daquele pe-

2 Denominamos área de Olímpia o que foi o antigo município de Olímpia, que existiu de 1917 até 1945, quando se desmembrou em outros nove pequenos municípios: Olímpia, Cajobi, Severínia, Embaúba, Altair, Guaraci, Icém, Paulo de Faria, Orindiúva; e que, no período a ser pesquisado, fazia parte da Divisão Regional Agrícola (DIRA) de São José do Rio Preto.

3 O Programa Nacional do Álcool (PNA) ou Proálcool, lançado em 1975 pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi o principal projeto de industrialização da agricultura promovido pela “ditadura militar”, já que destinou créditos subsidiados ao setor no montante de aproximadamente 7 bilhões de dólares até 1990 (TCU, 1990, p.49), com o objetivo de ampliar a produção de álcool anidro e hidratado, fomentando a mecanização do setor e a industrialização do refino dessa matéria-prima, o que colocou a produção de cana-de-açúcar em um novo patamar de modernização. A semelhança entre o período em que se aplicou o Programa e o subsequente, o da liberalização (que vigora atualmente), pode ser notada na incapacidade do setor saldar suas dívidas, tanto em um quanto no outro momento. Segundo o balanço do Proálcool, que pode ser encontrado no relatório da Secretaria de Desenvolvimento Regional, de 1991, as dívidas decorrentes do financiamento oferecido pelo programa recaíram sobre 160 empresas inadimplentes, totalizando 2,5 bilhões de dólares, sendo o Sul e Sudeste responsáveis por 51,6% do seu total. De todo o montante de crédito fornecido em 15 anos, apenas 42,5% foi

ríodo nas relações de produção da agroindústria canavieira para os dias atuais. Sobre estes financiamentos, assim como aqueles referentes ao século XXI, e principalmente sua relação com a diminuição absoluta do número de cortadores de cana, é que apoiaremos este artigo.

Diversas usinas não conseguiam, após 2008, crédito para "rolagem" de suas dívidas, fazendo com que deixassem de pagar o que deviam aos fornecedores de cana. Estes, por sua vez, muitas vezes não conseguiam saldar suas dívidas (principalmente as maiores, relacionadas à compra de tratores e colhedeiras), o que os impedia de conseguir novos empréstimos também para "rolagem" de suas dívidas, levando muitos à falência. A impossibilidade de crédito acabava por afetar os trabalhadores volantes ou "bóias-frias" (em sua maioria, registrados), já que, nos diversos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais pelos quais passamos (Olímpia, Nova Granada, Icém, todas em São Paulo), os acordos realizados com fornecedores de cana ou usineiros não estavam sendo cumpridos, ou seja, estava-se pagando menos do que o combinado junto aos sindicatos; além de, em alguns casos, os salários não estarem sendo pagos.

O que a explicitação da crise como fenômeno da reprodução capitalista evidencia em relação ao processo de modernização?

2. A mecanização do corte de cana-de-açúcar e a redução absoluta da força de trabalho na agroindústria canavieira paulista atual

2.1 – Abstração real e dominação social no momento de ficcionalização do capital

Em *O Capital*, Marx desvenda a contradição na reprodução capitalista a partir da "Lei Geral de Acumulação Capitalista" (MARX, 1983, I, t. I, cap. XXIII), como sendo entre dinheiro (que no processo produtivo é capital), que se valoriza através da extração de mais-valia, e trabalho, o fundamento social (POSTONE, 1993) que produz o valor. Conforme os desdobramentos do capital, o trabalho é substituído por máquinas no processo produtivo, tornando cada vez mais crítica

saldado, sem contar as anistias.

a própria acumulação capitalista. O aumento da composição orgânica do capital (MARX, 1983) diminui o custo de reprodução da força de trabalho, mantendo a acumulação capitalista possível até certo limite. A partir de determinado momento a taxa de lucro média cai tendencialmente, já que é no desenvolvimento das forças produtivas que um capitalista vence a concorrência frente aos demais capitalistas, ficando com um lucro maior do que o médio, o que retroalimenta o aumento da composição orgânica. A este fenômeno Marx denominou *queda tendencial da taxa de lucro* (MARX, 1983). Este processo exige transformações nas formas de acumulação do próprio capital, determinadas pela crise imanente do processo de acumulação.

Tal análise, porém, que tem na mais-valia relativa o cerne dos desdobramentos desta contradição, pode ser entendida como uma exposição lógica que, ao se objetivar, não se realiza sem percalços. Ou seja, também não se pode dizer que as categorias do capital, enquanto conceito, estejam postas e se realizem ao mesmo tempo e em todos os espaços em que a lógica de tal conceito esteja universalizada (ALFREDO, 2008). Justamente por isso, o tempo sob o capitalismo adquire uma característica específica, não linear, nem circular, mas sim caracterizado por rupturas, quebras e distensões[4].

> A modernização se constitui como um processo de âmbito não só mundial, mas também universal. Trata-se, portanto, da universalização de uma sociabilidade pela forma valor e que tende, de modo lógico e histórico, a se constituir necessariamente, como uma realidade que impõe a sua expansão mundial. Isto, contudo embora necessário, não se faz linearmente [...]. A dinâmica de uma realidade cujo elemento lógico se estabelece sob o prisma da acumulação ampliada da riqueza, projeta um sentido dos processos sociais cujas temporalidades co-existentes acabam por ser a expressão da forma pela qual esta universalidade da forma se efetivou [...]. Sob esta perspectiva, as resultantes críticas da forma valor, ao estabelecerem o tempo como barreira a ser superada para a sua própria reprodução, acabam por iludir o próprio tempo como elemento constituinte daquilo que está posto, e não como algo a ser superado (ALFREDO, 2006b, p. 2).

4 Ver Marx (1983, I, t. II, cap. XXIV): "A assim chamada acumulação primitiva", no qual Marx mostra a brusca ascensão econômica da burguesia – após a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), quando esta chega ao poder legislativo – por meio da expropriação das terras de camponeses e incorporação das riquezas ali existentes sem isto acarretar custos aos primeiros.

Para Robert Kurz, tal descompasso, como *não-simultaneidade* (KURZ, 1999), é a característica que os Estados-Nação tentam superar ao empreenderem processos de modernização que os levem a alcançar os níveis de produtividade dos países centrais, almejando tomar o lugar destes através da tentativa de constituição das categorias capitalistas. Tal subjetivação é, para nós, fetiche da linearidade do tempo como possibilidade de superação das contradições da forma posta conforme o percorrer desta linearidade. A modernização é, entretanto, posta enquanto crise imanente da própria acumulação e, sem tal processo, as trocas internacionais ficariam inviabilizadas para os países com menor desenvolvimento das forças produtivas. É em razão da equivalência das trocas que as diferenças entre países e entre regiões internas aos países são obscurecidas e equiparadas a partir da abstração real, aparecendo tais regiões como atrasadas ou desenvolvidas, a partir da desigualdade entre elas, justamente o que mobiliza o desejo pela superação da desigualdade por parte das políticas econômicas nacionais.

Marx, n'O Capital, tenta demonstrar, principalmente no Livro II, *O Processo de Circulação do Capital*, por quais metamorfoses passa o dinheiro (D) para, através da extração de mais-valia, aparecer ao final do processo de circulação como mais-dinheiro (D')[5]. Porém, se observamos apenas o circuito pelo qual o trabalhador assalariado se sociabiliza, aparece um circuito de troca simples: M – D – M, em que o primeiro M é a venda da força de trabalho como mercadoria:

> O trabalhador assalariado vive somente da venda da força de trabalho. A manutenção desta – a automanutenção dele – exige consumo diário. Seu pagamento precisa portanto ser repetido constantemente em prazos mais curtos, para que ele possa repetir as compras necessárias à sua automanutenção, o ato FT – D – M ou M – D – M (MARX, 1983, II, p.32).

5 O Processo completo de metamorfose é: D – M – P – M' – D'. Sendo M as mercadorias que entrarão no processo produtivo, podendo estar dividido em força de trabalho (FT) e matérias-primas (MP); P são estas mercadorias em processo produtivo, momento de valorização do valor prévio; M' a mercadoria final acrescentada de valor; e D' a realização de M' ao ser vendida no mercado (MARX, 1983, II, p. 47). Neste momento da exposição Marx abstrai o capital fixo.

Logo em seguida, o autor insere tal circuito nas determinações da finalidade da reprodução das relações sociais de produção capitalistas:

> Ao funcionar, o capital produtivo consome seus próprios componentes, para convertê-los em massa de produto de valor maior. Como a força de trabalho só opera como um de seus órgãos, também o excedente do valor do produto acima do valor de seus elementos constitutivos, gerado por seu mais-trabalho, é fruto do capital (MARX, 1983, II, p. 33).

Vimos que, em Marx, o trabalho assalariado é fruto da mediação da forma mercadoria própria do moderno, ou seja, da troca de equivalentes que possibilita a desigualdade. Para Marx (1983), n'*O Capital*, é a mediação social da mercadoria que estabelece uma totalidade, já que ela contém os dois momentos da contradição do capitalismo, ou seja, o duplo da mercadoria: o valor de uso e o valor, sendo ambos forma de aparecimento social das características do trabalho produtor de mercadorias. Ou seja, as demais particularidades do sistema, as formas que tal contradição assume, não estão separadas dos desdobramentos sempre críticos desta contradição, sendo postos por ela, apesar de aparentarem autonomia em relação ao processo social, já que são objetivadas em uma mercadoria, ou na mercadoria desdobrada, o dinheiro. Este duplo se autonomiza no dinheiro (MARX, 1983, III, t. II, cap. XLVIII, p. 269), que aparece como algo separado da forma social, e, justamente por isso, é percebido como trans-histórico (lembremos do senso comum historicista que diria: "mas o dinheiro sempre existiu!"). Em sua função de meio de pagamento, o dinheiro pode ser utilizado para saldar dívidas sem que a valorização do capital tenha ocorrido, postergando-a ao futuro. Daí não importar o circuito visualizado pelo recorte do observador: a mediação dos homens pelas coisas produzidas para a troca aparece como concretização de trabalho humano para satisfação das necessidades formuladas pelos indivíduos, mas é determinada por um sentido crítico tautológico de acúmulo abstrato de valor.

Robert Kurz (1995) demonstra justamente esta autonomização do dinheiro que, no processo social de valorização imanentemente crítico, desdobra-se em sua relação com o trabalho produtor de valor e com a terra, determinando a forma de acumulação dos diferentes momentos de reprodução do capital. Do

ponto de vista da produção global de riqueza abstrata, com a chamada terceira revolução industrial, nos anos 1960 e 1970, que realizou a automação dos processos produtivos, o trabalho produtivo, em sua relação com o trabalho morto empregado, não teria mais capacidade de valorizar o valor, propiciando uma inversão em relação às determinações das características da própria acumulação capitalista (KURZ, 1995).

Tal incapacidade só pode ser sustentada através do que Marx chamou de capital fictício (MARX, 1983, III, t.I, cap. XXV), um dos momentos fetichistas do processo capitalista. O crédito é um compromisso de valorização futura que pode ativar processos produtivos em um dado momento. A acumulação desses compromissos ao nível do capital global alimenta uma possível crise que pode aparecer no momento em que os credores não consigam pagar o que devem, como na crise financeira de 2008, tendo que renovar suas dívidas com novos financiamentos para que isto não ocorra. A necessidade do financiamento bancário para a crescente substituição do trabalho vivo por capital constante no processo produtivo teve como consequência a crescente dificuldade em pagar os compromissos creditícios assumidos, o que fez com que a necessidade de novos financiamentos para reprodução ampliada da produção aumentasse ainda mais a dependência em relação ao capital fictício e, assim, aprofundasse a crise no processo de valorização do valor. Tal forma do capital passou a funcionar como adiantamento da realização da valorização que nunca chegará a ocorrer, o que caracteriza um momento particular da reprodução social. O capital fictício, por isso, passa a determinar a necessidade da produção de mercadorias e do aumento da produtividade e produção destas, sendo esta inversão a característica particular deste momento. Assim, *o momento fictício de reprodução do capital* (KURZ, 1995) funciona como uma dominação social objetiva e fantasmagórica sobre a totalidade da sociedade produtora de mercadorias[6].

6 "O trabalho, como dispêndio abstrato de energia humana no processo da racionalidade empresarial, e o dinheiro, como forma fenomênica do valor econômico [...] são as duas faces da mesma moeda. O dinheiro representa ou 'é' nada mais que trabalho morto, tornado realmente abstrato na forma duma coisa que consiste numa acumulação sempre acrescida de tal meio fetichista. O humano processo de 'metabolismo com a natureza' (MARX) tornou-se um abstrato e em si insensato dispêndio de força de trabalho, justamente porque o dinheiro se autonomizou do agente humano, na forma fetichista potenciada do capital: não é a necessidade

No Brasil, foi justamente neste período de terceira revolução industrial, a partir da década de 1970, quando da criação do Proálcool (1975-1990), que ocorreram as grandes injeções de empréstimos estadunidenses, gerando um processo de modernização da agricultura baseada em créditos subsidiados pelo Estado. Houve, assim, uma modernização dos processos produtivos agrícolas através da mecanização e do uso de insumos (como químicos fertilizantes, inseticidas e herbicidas), o que diminuiu a relação entre capital constante e capital variável presente no campo e colocou a valorização crítica dos capitais em um novo momento. A modernização da agricultura que ocorria neste momento em nível mundial foi comumente denominada "Revolução Verde". No Brasil, tal momento pode ser caracterizado como tentativa da indústria nacional internalizada incorporar sobrelucro via renda da terra à sua acumulação, sem conseguir mesmo assim se reproduzir ampliadamente (ALFREDO, 2006a), o que ficou patente com a chamada crise das dívidas da América Latina, de 1983, e com a moratória brasileira, de 1986. Além do mais, estando o Estado impossibilitado de manter os créditos subsidiados, inclusive para o Proálcool, ocorreu, em 1990, a extinção do Programa, o que acarretou em falências e fusões de diversas usinas, além de uma crise nacional de abastecimento de etanol[7]. Tais capitais empresarias só podiam se manter reproduzindo através da existência continuada de empréstimos, capital ocioso que busca se valorizar, determinando, nessa busca, uma exploração de trabalho futuro e, contraditoriamente, um aprofundamento sempre crescente da própria crise.

Desejamos, aqui, ressaltar a possibilidade de apreendermos a crise financeira estadunidense de 2008 como a explicitação, aos olhos das personificações sociais, de uma crise que é imanente ao processo social capitalista, sendo a crise

humana que guia este dispêndio; pelo contrário, a forma morta dessa energia, autonomizada como coisa, subordinou a si a satisfação das necessidades humanas [...]. Como o trabalho e o dinheiro constituem fases diferentes do desenvolvimento da valorização como fim em si mesmo, estes dois momentos também podem separar-se em situações de crise, deixando, assim de coincidir. Tal falta de coincidência manifesta-se como desvinculação entre o dinheiro e a substância abstrata do trabalho: a multiplicação do dinheiro ocorre então mais rapidamente que a acumulação de trabalho morto abstratizado, destacando-se assim de sua própria base" (KURZ, 1995, p. 1).

7 Ver: TCU, 1990; e THOMAZ Jr, 2002.

da agroindústria canavieira, após sua modernização no século XXI e o próprio Proálcool, partes de um mesmo momento de reprodução do capital.

Ao longo dos oito anos do governo Lula (2003 a 2011), os usineiros e produtores de cana-de-açúcar receberam, para modernização do sertor, R$ 28,2 bilhões em empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Após a crise de 2008, em 2010, por exemplo, foram R$ 7,4 bilhões que financiaram desde o cultivo de cana-de-açúcar (R$ 953 milhões) até o fabrico de açúcar e etanol (R$ 5,6 bilhões) e a co-geração de energia (R$ 665 milhões).

A título de comparação, o montante dos empréstimos é maior do que o fornecido a outros setores da economia em 2010, como as indústrias de papel, celulose e extrativista juntas (R$ 3,1 bilhões), mecânica (R$ 5,3 bilhões), metalurgia (R$ 4,9 bilhões) e têxtil e vestuário (R$ 2,1 bilhões)[8]. Ao longo de 2008, quando estourou a crise financeira internacional, o BNDES financiou até mesmo o capital de giro das empresas do setor, o que, por sua vez, não foi suficiente para conter as falências e fusões apresentadas pelo mesmo, conforme já destacamos anteriormente. Os valores são exorbitantes também se comparados com o que a indústria sucroalcooleira recebeu ao longo de todo o Proálcool em créditos subsidiados (com juros reais negativos) correspondente ao montante de aproximadamente 8 bilhões de dólares de 1975 a 1990 (TCU, 1990).

Diversos autores explicitam a existência de créditos subsidiados ao setor, historicamente e até os dias atuais, incluindo nesta análise o contínuo perdão de dívidas. Pedro Ramos (2011) ressalta inclusive que a obrigatoriedade de acréscimo de etanol à gasolina, mesmo quando os preços deste sobem, pode ser considerada como uma forma de subsídio. Além disso, Ramos (2011) busca ressaltar que os subsídios para reprodução do setor estão implícitos[9].

8 Ver: XAVIER, PITTA, MENDONÇA, 2011.

9 Por exemplo, recente monografia de OGATA (2009) revela a continuidade de subsídios indiretos e "disfarçados" para o etanol em razão da cobrança de percentagens maiores de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) para a venda da gasolina, o que garante a competitividade do primeiro e sua realização no processo de circulação enquanto mercadoria. No estado de São Paulo, por exemplo, o ICMS para o etanol é de 12% e para a gasolina é de 25% (OGATA, 2009: 40).

Para conceder crédito, o Estado necessita captar dinheiro na forma de dívida, já que o montante arrecadado em impostos não é suficiente para cobrir suas necessidades por dinheiro. A diferença da taxa básica de juros que o Estado paga para esta captação, denominada Taxa SELIC (9,65% ao ano) e os juros cobrados para empréstimo pelo BNDES (em torno de 6%), constitui o subsídio. Ou seja, ao receber crédito a juros bem inferiores àqueles de mercado, a indústria da cana acumula uma dívida que terá que ser coberta com recursos públicos, adquiridos com títulos da dívida interna brasileira (inclusive).

Além disso, Pedro Ramos (2011) avalia que os empréstimos do BNDES para o setor, principalmente para a mecanização do corte da cana ao longo do século XXI, configuraram uma dívida das usinas no montante de 40 bilhões de reais em 2009 (RAMOS, 2011: 17). Este número equivale a dois terços do que o BNDES concedeu à produção agrícola no ano de 2007. Isto quer dizer que a própria reprodução do setor se realizava por meio de créditos subsidiados, permitindo-nos reconhecer diferentes formas através das quais o Estado concede tais subsídios. Quando a agroindústria canavieira não mais conseguiu acessar créditos necessários para rolagem de suas dívidas, assim como ocorreu em 1990 (quando do fim do Proálcool), esta entrou em crise.

2.2 – O cortador de cana-de-açúcar como trabalhador assalariado

Destaquemos as relações sociais de produção que encontramos na área de Olímpia-SP, a partir de 2009. Como vimos, a primeira década do século XXI viu retomar o crescimento na produção de álcool combustível, aparecendo aos estudiosos como causas desse crescimento o surgimento dos carros *flexfuel*, que permitem tanto o uso da gasolina quanto do álcool, abrindo um potencial de mercado internacional e nacional enorme[10], assim como as pesquisas divulgadas que propagandeavam o etanol como solução para a crise energética e para o aquecimento global[11].

10 Enquanto durante o Proálcool a perspectiva era de venda de álcool hidratado em um mercado interno.

11 Poderíamos seguir com uma lista do que aparece como causa para a elevação da

O governo de Luiz Inácio "Lula" da Silva (2003-2010) incentivou tal expansão e tentou de muitas maneiras tornar as vendas do etanol brasileiro *commodity* para exportação. O trabalho do "bóia-fria" e as condições em que este se desenvolve foram um dos empecilhos ao movimento de internacionalização que a modernização do setor promovida pelo governo Lula tentou empreender. Discussões acerca de como transformar as condições de trabalho estiveram em pauta na mídia. Nos meios acadêmicos o debate teórico enveredou por caracterizar a relação social de produção na qual o cortador de cana estaria inserido: relações arcaicas, trabalho "escravo", "camponês", assalariado "precarizado", substituição do cortador pela mecanização.

Em nossos trabalhos de campo travamos contato com cortadores de cana que trabalham há dez, quinze, vinte anos; provenientes do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; da Paraíba; do sul da Bahia, e outros. As histórias de vida são diversas. Entrevistamos também cortadores que possuem família na área estudada e são descendentes de avós que passaram pela dissolução do regime de colonato no estado de São Paulo a partir da erradicação dos cafezais. Moram na zona urbana ou nas periferias destas e trabalham na zona rural enfrentando o desemprego recorrentemente. Podem ou não estar empregados.

Os migrantes foram *mobilizados para o trabalho* (GAUDEMAR, 1977)[12] quando da formação de um mercado nacional de força de trabalho (como crise da sociedade de trabalho, conforme analisaremos), resultante da modernização retardatária brasileira. No Vale do Jequitinhonha a modernização pode ser caracterizada pela expropriação de terras tidas pelo Estado como devolutas e que foram cedidas em comodato a empresas estatais ou multinacionais (que assim

demanda da produção de cana: "excelentes perspectivas do comércio interno e internacional, tanto para o açúcar, quanto para o álcool; a elevação dos preços internacionais do petróleo; o crescimento da demanda interna de álcool hidratado, devido ao sucesso dos automóveis *flex fuel*, movidos tanto a álcool, quanto a gasolina; o efeito do protocolo de Kyoto, que ao impor a redução, por parte dos países signatários, das emissões de CO_2, tem provocado o crescimento da demanda externa por álcool anidro; a incapacidade dos EUA, maior produtor mundial de álcool de milho, de atender ao crescimento de sua demanda interna por álcool e, tampouco, da demanda externa, o que deixa este mercado aberto ao álcool do Brasil; além dos baixos custos de produção do açúcar e do álcool no Brasil" (GONÇALVES, 2009, p. 2).

12 Para o histórico de tais mobilizações, ver Silva (1999) e Martins (1986).

não pagavam pela terra ao Estado), apesar de estarem ocupadas por posseiros que as utilizavam e tiveram que dali migrar, nos anos 1970. Muitos ainda possuíam um pedaço de terra fora das chapadas. A propriedade de terras nas cidades de origem dos cortadores é uma característica que os migrantes paraibanos que entrevistamos também apresentam. Porém, o que permite que os migrantes a mantenham é o trabalho na safra de cana-de-açúcar. Vêm para o corte de cana, em São Paulo, em busca de alguma forma de sobrevivência, já que a terra, hoje, é mais uma das escassas e críticas possibilidades de trabalho existentes.

As fazendas do grupo Bulle Arruda S/A (localizadas em Olímpia, Cajobi e Monte Verde) são fornecedoras de cana para a Usina Guarani S/A, localizada em Severínia. Seus proprietários são também capitalistas que investem na produção agrícola uma vez que a cana é uma matéria-prima para a produção de álcool e açúcar da Usina Guarani. Sua lavoura se utiliza de insumos para adubação e correção de acidez do solo, tratores para plantio e tratos culturais (aplicação de inseticidas e herbicidas), além de, desde os anos 1990, utilizarem carregadeiras para empilhar a cana no treminhão que é levada até a usina. Esse fornecedor emprega tanto trabalhadores especializados em cada um desses momentos da produção – tratorista, motorista de caminhão, mecânicos, técnicos agrícolas – como cortadores de cana.

A carregadeira foi, a partir de 2009, substituída pela colhedeira mecânica, que também substituiu os cortadores de cana. De uma turma de 40, na safra 2007/2008, para dois canudeiros[13], na de 2008/2009. Este processo de aumento da composição orgânica dos capitais do setor ocorreu pouco antes da crise financeira de 2008, o que dificultou o pagamento das colhedeiras que haviam sido compradas por parte dos fornecedores e usinas.

O corte de cana, quando da ausência da colhedeira envolve, por sua vez, uma equipe. Esta é comandada por um "empreiteiro" responsável pelo trabalho

13 São denominados assim por cortarem apenas três ruas de cana para permitir a entrada da colhedeira no talhão. Cortam cana sem estar queimada com preço maior do que o pago pela cana queimada. Suas condições de trabalho são das mais árduas, já que estão desgarrados da turma que normalmente segue no ônibus com a maioria dos demais cortadores para alguma outra lavoura que não possua colhedeira. Comem e descansam a céu aberto. Chegam antes e são os últimos a serem pegos pelo ônibus.

dos cortadores (nos anos 1970 e 1980, quem exercia tal função era o "gato"). Conhecemos um "empreiteiro" contratado pelo Grupo Bulle Arruda S/A para organizar o corte em sua lavoura. Nas lavouras deste grupo tal "empreiteiro" é registrado como funcionário de usina. Seu salário, entretanto, continuava correspondendo a 20% do valor da produção dos cortadores. A equipe por ele administrada ainda hoje é constituída por 2 fiscais de turma, um motorista de ônibus (irmão do "empreiteiro") e os cortadores de cana (40 no ano de 2008). O ônibus é de sua propriedade. Todos, inclusive os cortadores, são registrados diretamente pela usina e recebem desta. O ônibus pega os cortadores a partir das cinco da manhã, nos centros urbanos onde vivem, como as periferias das cidades de Novais, Severínia e Olímpia. Os funcionários pelos quais o "empreiteiro" é responsável, excluindo os cortadores, recebem um salário fixo mensal. O papel do "empreiteiro" é de organizar o corte de cana para que seja o mais produtivo possível, através de seus fiscais de turma que ordenam o trabalho dos cortadores determinando onde cortam e o ritmo do corte. Quanto maior a produtividade do cortador, maior a remuneração do "empreiteiro", que recebe uma porcentagem fixa da tonelagem de cana cortada, o que também garante aumento da taxa de mais-valia para cada força de trabalho (MARX, 1983, I, t. II, Cap. IXX) apropriada pelo grupo de fornecedores de cana-de-açúcar, uma vez que, como já foi ressaltado, neste caso capitalista e proprietário de terras[14] são a mesma personificação.

Os cortadores têm sua remuneração vinculada à sua produção. O canavial é entrecortado por curvas de nível chamadas de ruas. Os fiscais determinam quais ruas são da responsabilidade de cada um em um sistema que abrange cinco ruas para cada. Os cortadores devem empilhar a cana na rua central para permitir à carregadeira coletá-las e empilhá-las no caminhão. O fiscal, ao final da jornada, mede quantos metros cada um cortou e registra tais dados para que, a cada quinze dias, os cortadores recebam o pagamento por tonelada cortada.

A pressão exercida sobre o trabalhador para aumentar sua produtividade é bem elucidativa do momento de reprodução fictícia do capital que encontra-

14 Assim, tal aumento da taxa de mais-valia se dá inclusive através de sobrelucro (renda da terra).

mos no trabalho de campo. Ela ocorre com os fiscais dispensando os cortadores que não se esforçam para alcançar metas que superem a média de toneladas de cana por dia. A dispensa, então, em razão da entrada cada vez maior da colhedeira, é iminente. Só ficam os mais produtivos. Muitas vezes são os mesmos cortadores que vinte anos atrás cortavam 10 toneladas de cana por dia e hoje cortam de doze a quinze toneladas. Destacamos aqui que foi o próprio processo de modernização que levou a esta concorrência entre os trabalhadores, já que, a partir dos anos 1990, o número absoluto de força de trabalho envolvida na lavoura passou a decrescer com a mecanização, criando um contingente de desempregados no setor[15]. O aprofundamento do aumento da composição orgânica do capital na lavoura canavieira levou a um aumento constante da concorrência entre os cortadores e, consequentemente, ao aumento da produtividade do trabalho. Este aumento da produtividade não significaria, necessariamente, rebaixamento do salário, já que poderia ocorrer remunerando o mesmo montante de trabalho necessário por tonelada cortada pelo trabalhador. Mas não é este o caso no corte de cana[16]. Estimativas calculam que um "bóia-fria" da cana cortava, em média, 3 toneladas de cana por dia em 1969. Em 1977, após o advento do Proálcool, a média já era de 3,77. Em 1985, 5 toneladas por dia. Em 1998, 7 toneladas, chegando a 8 toneladas em 2005 (RAMOS, 2007, p. 16).

> Fica devidamente explicitado que a remuneração do trabalho na cana deve-se, fundamentalmente, ao crescente esforço feito pelos cortadores de cana queimada, que permitiu a elevação do rendimento de corte, mas que não conseguiu evitar que a remuneração diária real na atualidade seja

15 Esta característica expressa que o mesmo processo ocorre no capital global, processo que podemos fenomenicamente chamar de "desemprego estrutural". Neste, os desempregados, mesmo estando mobilizados, não conseguem encontrar outros trabalhos, em razão da alta composição orgânica do capital global.

16 Veremos que a tentativa de aumentar a taxa de mais-valia para cada força de trabalho, conforme o que Marx denominou de mais-valia absoluta, também ocorre concomitante ao processo de aumento da produtividade do trabalho, sendo ambos consequência do processo de mecanização e da concorrência entre estes trabalhadores. Vale explicitar, ainda, que a exploração do trabalho não realize a valorização do capital constante para sua reprodução ampliada sem o recurso à dívida, em razão da alta composição orgânica dos capitais do setor, como destacamos anteriormente. É esta a perspectiva teórica que acompanha nossa análise. Para a formulação das categorias de mais-valia absoluta e relativa, ver Marx (1983, I, t. I, cap. V-X).

> menor do que a que se conseguia na segunda metade da década de 1970 e início da de 1980. É este esforço que sempre fez com que a remuneração diária do cortador sempre tenha se situado acima tanto do salário mínimo diário como do salário médio do trabalhador volante utilizado pelas lavouras paulistas.
> Como tem sido divulgado pela imprensa, este esforço pode ser a causa principal de recentes mortes nos canaviais paulistas. Embora poucos empregadores (usineiros, fornecedores e, principalmente, intermediários) pareçam estar dispostos a confirmar, não há contratação de trabalhadores que não atingem um certo mínimo de rendimento diário de corte e há pesquisadores que afirmam que a média da atual safra deverá situar-se em torno de 15 toneladas (RAMOS, 2007, p. 16).

Os relatos de birôla, câimbra generalizada pelo corpo seguida de morte em razão de esforço excessivo no trabalho – tendo ocorrido 17 mortes nos canaviais paulistas nas safras 2004/2007 (RAMOS, 2007, p. 16) –, denunciados pelo Serviço Pastoral do Migrante de Guariba[17] e pela Rede Social (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2009), estão relacionados, assim, à modernização retardatária empreendida pelo Estado brasileiro, como pretendemos demonstrar ao longo deste artigo, e não, como muitos argumentam, como incompletude do processo de modernização – como "modernização dolorosa" (SILVA, 1981a) – discurso que positiva e repõe a necessidade da própria modernização.

Quando da crise de 2008, as empreiteiras, fornecedores e usinas deixaram de cumprir inclusive os acordos anuais realizados junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, como já mencionamos anteriormente. Passaram a pagar pela cana menos do que os acordos sindicais estabeleciam, configurando assim um aumento da taxa de mais-valia através do aumento da mais-valia absoluta, embora insuficiente para a própria reprodução de tais empresas capitalistas.

Acerca desta questão, um exemplo nos foi dado por Neide Maciel (em entrevista realizada em 24/07/2009), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Granada, a noroeste de Olímpia. Todos os cortadores vinculados a este sindicato (680 trabalhadores, que faziam parte de 22 turmas) trabalhavam

17 Para acompanhar denúncias de super-exploração do trabalho e casos de morte nos canaviais, ver o sítio da Pastoral do Migrante de Guariba.Disponível em: < www.pastoraldomigrante.org.br >. Acesso em: maio 2008.

para a Usina Vale do Rio Turvo, localizada em Ouro Verde. Tal usina não havia mecanizado completamente sua colheita de cana. Dona Neide, que havia sido cortadora de cana na área de Olímpia, tendo morado em Severínia, afirmou que os cortadores recebiam oito centavos de real por metro de cana cortada (de segundo corte e queimada), em julho de 2009. Naquele momento a usina não cumpria o pagamento do acordo da safra de 2007/2008, que estabelecia o preço de 22 centavos por metro de cana. É importante, assim, destacarmos aqui que o preço da cana por metro desconsidera o peso da mesma. Dona Neide nos explicou que a usina alegava estar falida e não ter condições de pagar melhores preços pela cana cortada. Quando a questionamos acerca dos procedimentos que o Sindicato poderia adotar com relação a tal rebaixamento dos salários, Dona Neide argumentou que não havia o que fazer. Se os trabalhadores fizessem greve seriam demitidos e ficariam sem receber os atrasos. Se a usina fosse multada, fecharia, e os trabalhadores ficariam sem emprego. Dona Neide alegava falta de poder de "barganha" do sindicato junto à usina, o que demonstra, para nós, as determinações da crise como dominação social abstrata sobre o setor estudado.

O limiar entre o desemprego e o trabalho como "bóia-fria" está presente nas preocupações de todos os cortadores com quem conversamos. No Sindicato dos Empregados Rurais de Olímpia, o presidente, Sérgio Luís Sanches, formula com muita preocupação esta situação e deixa transparecer a contradição na qual ele próprio está inserido devido à posição que assume frente a ela:

> Nem nós queremos acabar com o salário por produtividade. Ninguém vai querer dobrar o piso, que hoje está R$ 585,00 pra compensar o que ganha um trabalhador que corta com alta produtividade. Um trabalhador destes tira R$ 1.500,00; R$ 1.800,00; até R$ 2.000,00 por mês. É preferível deixar ele trabalhar na produção, adequar as condições pra evitar mortes, e aqueles que têm poder físico e atividade, ele vai ganhar de acordo com a produção. Se você conversar com trabalhadores vai ver. Se você pegar um moço de R$ 2.000,00 e falar que ele vai ganhar menos, eu vou arrumar um problema pra mim. Se o cara é pobre ele quer ganhar dinheiro. Essa migração não vai parar com o fim do corte de cana. Não fomos nós que criamos isso, foram as empresas. A partir do momento que veio pra nossa região e conheceu o dinheiro e conheceu um valor maior ele não vai deixar de vir. Quem não tem emprego está indo pra construção civil. Não dá pra pensar que se acabar o corte não haverá problemas de desemprego de migrantes vindos de fora. Já está acontecendo. Vem trabalhador de fora, não arruma emprego e não tem dinheiro pra voltar. E isso vai trazer muitos problemas.

> Tem gente revoltada por aí. E ninguém quer trabalhador andando pelas ruas, pelas estradas, desempregado. Não sei o que vamos fazer, o caminho será outro. Ano passado estava muito melhor. Mas com o tamanho da mecanização [...]

Assim, ao mesmo tempo em que Sérgio percebe a necessidade social da mediação do dinheiro para esses cortadores, e que estes podem ficar desempregados com a expansão da mecanização, ele formula também a dificuldade do trabalho no corte de cana, principalmente para ele, devido aos casos de descumprimento dos acordos. Este é o limite de sua formulação, vislumbrando, como ideal, um trabalhador bem remunerado, reprodução de uma troca equânime entre o patrão comprador de força de trabalho e o cortador de cana, seu vendedor.

Uma das principais distinções que podemos estabelecer entre o momento atual de reprodução fictícia do capital e o da formação do trabalhador volante, com auge na década de 1960[18], como relação social de produção é a diminuição do número absoluto de cortadores devido à generalização da mecanização do corte pelas colhedeiras[19].

18 No estudo *Errantes do fim do século*, Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) analisa justamente as consequências da modernização do campo no que diz respeito às relações de trabalho, ou seja, a passagem do colonato para o que ela considera regime assalariado, a partir da década de 1960. Como marco decisivo desta transição, Silva elege o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), de 1963 (Governo João Goulart). Pelo ETR, o empregador deve recolher 27,5% sobre cada jornada de trabalho de cada trabalhador registrado, levando o patrão a preferir contratar seus empregados como volantes, o que comporia menores custos, consequentemente. O ETR teria sido então, para Silva, responsável pela expulsão dos trabalhadores das fazendas e teria piorado as condições dos antigos colonos paulistas ou lavradores mineiros, transformados em "bóias-frias", que passaram a ser mais "explorados" ainda, justamente em um momento de acirramento da luta de classes (SILVA, 1999, p. 64) em razão da industrialização do campo.

19 Tal distinção importa em nosso argumento já que muitos (usineiros, representantes dos governos federais e intelectuais) apresentam a expansão em termos de produção, produtividade e área plantada com cana-de-açúcar em São Paulo, ao longo do Proálcool, como tendo levado ao aumento do número absoluto de trabalhadores. Não que as colhedeiras já não fossem utilizadas anteriormente, ao longo da década de 1980. Porém, muitos autores (THOMAZ JR., 2002) enfatizam que foi a partir da década de 1990 que estas passaram a predominar nas unidades produtivas, conduzindo, neste período, à diminuição no número absoluto de cortadores no setor sucroalcooleiro paulista. O setor, durante o Proálcool, apresentava alta composição orgânica de capital e os investimentos em tecnologia, em São Paulo, levavam a uma diminuição relativa do capital variável, mesmo com a expansão do corte de cana.

Em Novais (cidade que serve como moradia a diversos cortadores, localizada próxima a Olímpia-SP) em dezembro de 2010, as conversas com os cortadores se detiveram no aumento da violência na cidade, segundo muitos, em razão do alcoolismo motivado pelo desemprego; mas também se lamentavam em muitas conversas acerca da dificuldade de se conseguir emprego nos poucos postos de trabalho que restavam nas colheitas mecanizadas. Muitos fizeram cursos e estavam sendo testados para tentar se tornar pilotos de colhedeira ou tratoristas, mas poucos eram os contratados, já que, devido à mecanização, o número de trabalhadores se reduz drasticamente. Todos os trabalhadores com quem conversávamos diziam ser muito difícil encontrar trabalho em outro ramo produtivo qualquer.

Como estivemos na cidade ao final da colheita, em dezembro de 2010, ouvimos de muitos que não pretendiam voltar na safra de 2011, mas que também não sabiam como encontrariam emprego em suas cidades de origem. Outros disseram que migrariam em busca de emprego no corte de cana no Centro-Oeste do país, região em que a mecanização ainda não havia chegado com tanta força. O impacto do processo de modernização sobre o moderno, com a mecanização do corte, em São Paulo, atinge aqueles mobilizados anualmente para esta tarefa e que migram de outros estados para trabalharem nas lavouras de cana paulistas, e não apenas os moradores permanentes das periferias das cidades que trabalham na zona rural. Muitos dos cortadores que prevaleceram no corte de cana, em São Paulo, durante as décadas de 1970 a 1990 eram do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. A partir da década de 1990, cortadores que vêm de Alagoas, da Bahia e da Paraíba passam a ser comuns nos canaviais paulistas. A perspectiva de diminuição do corte, porém, aflige tanto àqueles cortadores mais antigos, quanto os mais novos, que passam a ter que se submeter a condições de trabalho cada vez piores, visando fugir ao desemprego iminente.

3 – Conclusão: modernização e crise da sociedade do trabalho

Sobre a necessidade social do "bóia-fria" se manter cortador de cana, muitos deles a explicitaram como o desejo de acumularem para satisfazerem o consumo de mercadorias, participando, assim, de um circuito ampliado de acumulação e reprodução social. Não conseguem formular, porém, a impossibi-

lidade de reproduzirem a sociabilidade que conheceram seus pais nas décadas anteriores aos anos 1960, antes da mobilização para o trabalho promovida pela modernização retardatária. Estão determinados pelo consumo de mercadorias que aparece socialmente em conformidade com o *espetáculo* (DEBORD, 1997), ao qual têm acesso através da televisão e da relação social mediada por imagens. A casa "na rua" os permite sair da zona rural para terem uma vida urbana em que os filhos podem ir à escola para não se reproduzirem através da roça, nem do "trabalho pesado". Estão interessados no acesso a motos e carros, o que os permite aparecer socialmente a partir do que possuem. Se concordarmos com a concepção de Guy Debord, no importante aforismo 34, que diz que "o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem" (DEBORD, 1997, p. 25), podemos então inferir que o desejo de consumo dessas mercadorias está determinado por um momento de reprodução particularmente crítico da finalidade tautológica de valorização do valor[20]. Este, para continuar mediando as relações sociais, necessita expandir ficticiamente (pelo crédito) a realização de seus produtos, estando o consumo destes, assim, atrelados a esta crise. Tal imposição social se explicita no momento de extrema mecanização, quando a necessidade de acumular aparece naturalizada aos participantes do processo, sendo a mecanização e a diminuição dos postos de trabalho no corte de cana a reprodução destes na situação de "sujeitos monetarizados sem dinheiro" (KURZ, 1999). O desejo de acumulação – subjetivação da necessidade desta – através do recurso ao assalariamento ocorre em momentos em que o mercado de trabalho em nível nacional está posto, fazendo com que o trabalhador se des-

20 Em Debord (1997), também encontramos: "A abundância das mercadorias, isto é, da relação mercantil, já não pode ser senão a sobrevivência ampliada" (DEBORD, 1997, p. 30). E: "Na fase primitiva da acumulação capitalista, a economia política só vê no proletário o operário, que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho; jamais o considera em seus lazeres, em sua humanidade. Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente levado do absoluto desprezo com que é tratado em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. Então, o humanismo da mercadoria se encarrega dos 'lazeres e da humanidade' do trabalhador [...]" (DEBORD, 1997, p. 31).

loque conforme as "oportunidades" cada vez mais escassas de trabalho. Neste momento, a mobilidade pode aparecer positivamente no discurso do cortador de cana que migra da Paraíba (ou de Minas) com sua vontade de enriquecer, mas é a única maneira de se sociabilizar em tal momento de reprodução da sociedade capitalista, devido à dificuldade, cada vez maior, de se conseguir trabalho e, assim, de conseguir acessar dinheiro.

Robert Kurz (1999), ao caracterizar o momento da terceira revolução industrial como *colapso da modernização*, ressalta que justamente na troca de equivalentes, ou seja, de mercadorias, encontra-se a explicação para a *crise da sociedade do trabalho* (KURZ, 1999), a partir do desemprego estrutural e de suas consequências sociais. A partir desta leitura, podemos entender o "bóia-fria" como expressão deste momento na relação social de produção no campo, para o setor sucroalcooleiro, como encontrado na região visitada. Assim, foi o alto nível de produtividade do setor que criou a possibilidade de existência de um trabalhador assalariado, super-explorado e sem direitos trabalhistas respeitados, já que o processo de modernização acabou por não incorporar a força de trabalho mobilizada em tal momento, o que gerava, e ainda gera, uma pressão salarial para baixo e um número absoluto cada vez maior de trabalhadores sem emprego ou sujeitos a condições miseráveis de trabalho.

Entendemos, assim, que o aumento da produtividade do trabalho e da consequente produção de cana-de-açúcar está posto como desdobramento da crise de acumulação do setor analisado, já que, devido à incapacidade de valorização do valor em razão da alta composição orgânica dos capitais envolvidos, estes buscam aumentar a taxa de mais-valia por trabalhador na tentativa inalcançável de compensar a queda na taxa de lucro e de renda da terra para cada soma de capital investido.

Se a mediação social ocorre por meio do acesso ao dinheiro e a crise da sociedade do trabalho coloca a impossibilidade desse acesso para um imenso contingente mobilizado para o trabalho, é a própria sociabilidade que está em crise.

O trabalho volante, então, pode ser compreendido como consequência do processo de modernização, e não como ausência de modernização, finalizando tal processo como crise da sociedade produtora de valor. Sendo assim, não é

uma modernização sobre o moderno que eliminaria tal crise, mas só a agravaria, consequência que aparece na coexistência de aumento da produtividade do trabalho (trabalhadores que hoje cortam quinze toneladas em um dia e casos de morte por estafa) e da mais-valia absoluta (rebaixamento dos salários, não respeito aos direitos trabalhistas, más condições de alojamento e de alimentação), no setor estudado[21].

A modernização retardatária (KURZ, 1999), empreendida pelo Estado Brasileiro a partir da década de 1950, acabou por internalizar altos níveis de produtividade, fazendo com que a industrialização brasileira fosse incapaz de absorver toda força de trabalho mobilizada pelo próprio processo de modernização. Este foi responsável pela formação de um mercado nacional de força de trabalho para as cidades e para o campo, mas que se constituiu concomitantemente ao início do momento da crise da sociedade de trabalho a nível nacional e mundial, enquanto criação de uma superpopulação relativa (MARX, 1983) composta por desempregados em termos absolutos (KURZ, 1999). A este momento denominamos *crise da sociedade do trabalho* (KURZ, 1999), explicitando que o próprio trabalho é socialmente constituído, devendo ser historicamente criticado como forma de dominação social – necessidade de mediação por mercadorias – e, por isso, superado.

Referências

ALFREDO, Anselmo. *Modernização e contradições espaço-temporais. Geografia Econômica e relação agrário urbana na formação brasileira dos anos 50*. Edição do autor, 2006a. (Mimeo)

_____. Modernização e reprodução crítica. Agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. *Revista Geousp*, n. 24, São Paulo, Discurso, 2006b.

_____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. Edição do autor, 2008. (Mimeo)

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

21 Tal coexistência não reproduz, destarte, o argumento de David Harvey, em *Condição Pós-Moderna* (2007). O autor defende que esta combinação, denominada por ele de "acumulação flexível", na forma de se explorar o trabalho perpetua a reprodução ampliada do capital, sem considerar o argumento da crise da sociedade do trabalho.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Considerações sobre a expansão recente da lavoura canavieira no brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 39, n. 10, out. 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2007.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus. *Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em: maio 2008.

_____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Livros i, II e III. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série "Os Economistas").

OGATA, Leandro Marcel. *O Setor Sucroalcooleiro no Brasil: Desenvolvimento, Modernização e Competitividade*. Mimeo, Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 2009.

PITTA, Fábio T. – Modernização Retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination: a Reinterpretation on Marx Critical Theory*. Cambridge University Press, 1993.

RAMOS, Pedro. O Uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho super-explorado na atualidade. *Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano*. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo, Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

_____. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985. In: RAMOS FILHO, Luiz O.; ALY JUNIOR, Osvaldo (Eds). *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo, Incra, p. 87-128, 2005.

_____. *Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e ... atual*. Mimeo, edição do autor, 2011.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos no Brasil 2009*. São Paulo, 2009.

XAVIER, Carlos Vinicius; PITTA, Fábio t.; MENDONÇA, Maria Luisa. *Monopólio da produção de Etanol no Brasil: a fusão COSAN-SHELL*. REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, São Paulo, 2011. Disponível em http://www.social.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134:monopolio-na-producao-de-etanol-no-brasil&catid=3:destaque. Acesso em: 10/abril/2012.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981a.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Editora UNESP, 1999.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Proálcool: Relatório de Auditoria Operacional*. Brasília: TCU, 1990.

THOMAZ JR., Antonio. *Por trás dos canaviais: os nós da cana*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.